

ARTIGO ORIGINAL

*Automedicação tópica ocular: comercialização de colírios em farmácias de Tubarão - Santa Catarina**

Augusto Adam Netto¹, Astor Grumann Júnior², Gina Carriero Lima³, Gustav Arno Auwaerter⁴,
Luiz Eduardo Fissmer⁵, Ruy César Orlandi⁶

Resumo

Objetivo: Analisar a frequência da automedicação tópica ocular em estabelecimentos farmacêuticos da cidade de Tubarão - Santa Catarina, afiliados ao Sindicato das Farmácias da Associação de Municípios da Região de Laguna (Amurel).

Materiais e Métodos: Um estudo observacional foi realizado com delineamento transversal em 59 farmácias, no período de novembro de 2003 a janeiro de 2004.

Resultados: 98% das farmácias procuradas responderam à solicitação de conduta. A indicação de um serviço médico-hospitalar foi recomendada em 35% dos casos. Em 86% das visitas foi prescrito um colírio. Dentre essas indicações, as que se sobressaíram foram os

colírios descongestionantes, seguidos pelos colírios com associação de antibiótico mais corticóide. Na maioria dos casos, as prescrições foram realizadas por farmacêuticos (67%). O custo médio das medicações foi de R\$ 4,13, por farmácia visitada.

Conclusões : A comercialização de colírios oftalmológicos em estabelecimentos farmacêuticos sem prescrição médica, na cidade de Tubarão - Santa Catarina, é uma prática comum. Devem as autoridades responsáveis manter um maior controle sobre a venda dessas medicações, a fim de prevenir as sérias complicações que podem ocasionar. Além disso, os profissionais do meio médico, conhecedores do risco que tais medicações podem acarretar, devem conscientizar a população, e também os estabelecimentos farmacêuticos, com a finalidade de minimizar o seu uso tão banalizado.

Descritores: 1. *Automedicação;*
2. *Colírios;*
3. *Abuso de medicações oculares.*

1. Professor Titular do Departamento de Clínica Cirúrgica do Centro de Ciências de Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina. Chefe do Serviço de Oftalmologia do Hospital da UFSC. Professor Coordenador da Disciplina de Oftalmologia do Módulo de Sistemas Sensoriais do Curso de Graduação em Medicina da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL.
2. Chefe do Departamento de Plástica Ocular do Hospital Regional de São José - Dr. Homero de Miranda Gomes. Doutor em Oftalmologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor da Disciplina de Oftalmologia do Módulo de Sistemas Sensoriais do Curso de Graduação em Medicina da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL.
3. Professora da Disciplina de Oftalmologia do Módulo de Sistemas Sensoriais do Curso de Graduação em Medicina da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL.
4. Acadêmico do 6º ano do Curso de Medicina da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL.
5. Acadêmico do 6º ano do Curso de Medicina da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL.
6. Acadêmico do 6º ano do Curso de Medicina da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL.

Departamento em que foi realizado:

* Adaptação do trabalho monográfico realizado na Disciplina de Oftalmologia do Módulo de Sistemas Sensoriais do Curso de Graduação em Medicina da UNISUL.

Abstract

Purpose: Evaluate ocular topical self-medication in drugstores in the city of Tubarão – Santa Catarina, joined with the Association Pharmacy Union of Laguna Region Counties (Amurel).

Material and Methods: The observational study was performed by means of transversal delineation at 59 drugstores, from November 2003 to January 2004.

Results: 98% of the drugstores surveyed replied to conduct request. Referral to medical assistance was recommended by 35% of the cases. Eye-drops were prescribed at 86% of the appointments. Decongestant eye-drops stood out among the ones indicated, followed

by eye-drops associated with antibiotics plus corticoid. Most prescriptions (67%) were provided by pharmacists. The average cost of the medications was around R\$ 4,13 per pharmacy visited.

Conclusions: The sale of eye-drops without any medical prescription in the city of Tubarão – Santa Catarina is a common practice. Therefore, the responsible authorities should control more the sale of such drugs in order to prevent serious problems that might incur. Besides, all the professionals that work in the health field must make the population aware of the risks brought about by such medications so as to minimize their common usage.

Keywords: 1. *Self-medication;*
2. *Eye-drops;*
3. *Eye medication abuse.*

Introdução

Um fenômeno bastante discutido na cultura médico-farmacêutica, e tido como especialmente preocupante no Brasil, é a automedicação. Essa, de acordo com Paulo e Zanine¹ é definida como sendo o uso de medicamentos sem prescrição médica, onde o próprio paciente decide qual fármaco utilizar. Inclui-se, nesta designação genérica, a prescrição (ou orientação) de medicamentos por pessoas não habilitadas, como amigos, familiares ou balconistas de farmácias.¹

No Brasil, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas (ABIFARMA), cerca de 80 milhões de pessoas são adeptas da automedicação.²

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS)³; existem no mercado brasileiro mais de 32 mil medicamentos, deixando o Brasil em sexto lugar entre os países que mais consomem medicamentos.

A facilidade com que os consumidores adquirem remédios e a grande variedade desses produtos nas prateleiras das farmácias, possibilita que as pessoas se “consultem” nos próprios estabelecimentos, com seus amigos ou parentes e, até mesmo, comprem os remédios de que julgam necessitar.⁴

As substâncias de uso tópico ocular, principalmente os colírios, não constituem exceção a esta realidade; estão, também, propensos ao uso indiscriminado. Seu aspecto aparentemente inofensivo, a facilidade de obtenção e o desconhecimento de outros profissionais não

oftalmologistas, sobre a indicação específica de cada droga são, sem dúvida, um convite ao seu uso.⁵ O maior risco envolvem os corticóides tópicos, que potencializam as infecções oculares.⁶ Em pacientes sensíveis (predisposição genética) ou naqueles tratados com doses mais potentes de corticóide, pode induzir o glaucoma secundário.^{1,6,7} Seu uso prolongado pode ainda ocasionar catarata subcapsular posterior.⁶

A motivação puramente comercial de alguns balconistas, a desinformação da população e a falta de fiscalização governamental acabam por tornar as “consultas de balcão” um perigoso meio de mercantilização da saúde, colocando em risco a saúde do próprio paciente.⁸

Devido à escassez de pesquisas sobre este assunto em nosso país, decidimos realizar um estudo epidemiológico sobre o referido tema, analisando a cidade de Tubarão, localizada no Sul do Estado de Santa Catarina e, dessa forma, contribuir para o melhor conhecimento do tema em nosso meio.

Metodologia

Realizamos um estudo observacional com delineamento transversal, no período de novembro de 2003 a janeiro de 2004, em estabelecimentos farmacêuticos localizados no município de Tubarão – Santa Catarina. Trata-se de um inquérito sobre a prevalência da automedicação tópica ocular nessa cidade.

Obtivemos junto ao Sindicato das Farmácias da Associação de Municípios da Região de Laguna (Amurel), localizada na cidade de Tubarão – Santa Catarina, um cadastro que fornecia o endereço e o telefone de todos os estabelecimentos farmacêuticos registrados no Sindicato, que englobam essa região.

Desse cadastro foram selecionados somente os estabelecimentos que se localizam no município de Tubarão. Esses totalizaram um número de 59, os quais foram visitados de acordo com o endereço fornecido pela Associação das farmácias mencionadas anteriormente. Entretanto, somente 43 (72,8%) estabelecimentos farmacêuticos se encontravam nos endereços fornecidos.

Os dados foram levantados através de um protocolo aplicado pelo investigador (acadêmico do Curso de Medicina da Universidade do Sul de Santa Catarina). O investigador visitou todos os endereços dos estabelecimentos farmacêuticos que constavam na lista obtida no Sindicato das Farmácias.

Em cada farmácia visitada foi simulado um quadro unilateral de dor e irritação ocular com aproxima-

damente 24 horas de evolução. O investigador já portava o protocolo pronto, que era preenchido logo após sair do estabelecimento; aquele tinha como objetivo analisar as seguintes variáveis: conduta, indicação de serviços médico ou hospitalar, indicação de medicações e seu preço e a categoria profissional (se farmacêutico ou balconista).

As informações foram organizadas em um banco de dados criado no programa Epi-Data 3.0[®] e, posteriormente, os dados foram analisados no programa Epi-Info 6[®], sendo comparados utilizando o teste do qui-quadrado de Person em um nível de significância de 95%. Para os fatores mais importantes, foi apresentada a razão de prevalência (RP). O presente projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Sul de Santa Catarina (CEP-UNISUL).

Resultados

Dos 43 estabelecimentos farmacêuticos visitados, 13 (30%) encontravam-se na região central da cidade de Tubarão, enquanto que 30 (70%) localizavam-se na periferia dessa cidade (**Tabela 1**).

Tabela 1 – Descrição das variáveis estudadas

<i>Descrição das variáveis estudadas</i>		
Localização das farmácias	Centro 13 (30%)	Periferia 30 (70%)
Categoria profissional	Farmacêutico 29 (67%)	Balconista 14 (33%)
Resposta à solicitação de conduta	SIM 42 (98%)	NÃO 1 (2%)
Indicação de serviço médico - hospitalar	SIM 15 (35%)	NÃO 28 (65%)
Indicação de medicação	SIM 37 (86%)	NÃO 6 (14%)

Fonte: Protocolo de pesquisa. Tubarão-SC, 2003/2004.

Em relação à categoria profissional, verificamos que, em 67% (29) dos casos o atendimento foi realizado por um farmacêutico, e em 33% (14) por um balconista (**Tabela 1**).

Em relação às respostas de solicitação de conduta, encontramos 98% (42) de estabelecimentos farmacêuticos que responderam a essa solicitação, e 2% (01) que não a responderam (**Tabela 1**).

Obtivemos 35% (15) de estabelecimentos farmacêuticos que indicaram um serviço médico-hospitalar, e 65% (28) não o indicaram (**Tabela 1**).

Dos 67% (29 de 43) dos estabelecimentos visitados onde foi verificado o atendimento por farmacêuticos, 52% (15 de 29) indicaram a procura de um serviço médico-hospitalar, sendo 62,5% (5 de 8) no centro, e 48% (10 de 21) na periferia. Enquanto que os atendentes, encontrados em 33% (14 de 43) das farmácias, tanto no centro como na periferia, em nenhum dos casos indicaram serviço médico-hospitalar (RP = 2,0; $p < 0,05$).

Ressaltamos assim, que não foram indicados serviços médicos-hospitalares pelos farmacêuticos em 48% (14 de 29), sendo 37,5% (3 de 8) no centro, e 52% (11 de 21) na região periférica, enquanto que os atendentes não indicaram serviços médicos-hospitalares em 100% (14 de 14) dos casos, sendo 5 na região central, e 9 na região periférica (RP = 2,0; $p < 0,05$).

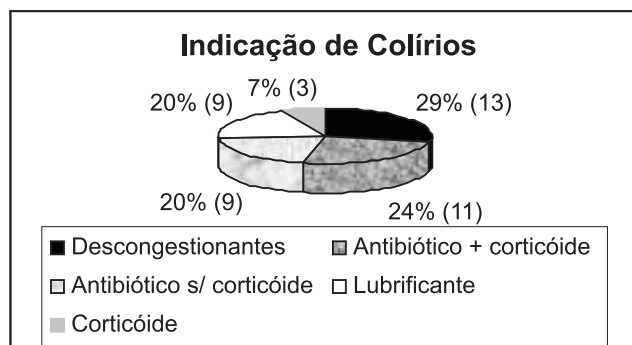
As farmácias da região central indicaram serviço médico-hospitalar em 38,5% (5 de 13) das consultas e, as da região periférica, em 33% (10 de 30) ($p = ns$).

Obtivemos indicação de medicação em 86% (37) dos estabelecimentos farmacêuticos, e em 14% (6) tal conduta não ocorreu ($p = ns$).

Obtivemos 73% (10 de 37) de indicações de medicamentos feitas por estabelecimentos farmacêuticos do centro da cidade, e 90% (27 de 37) por estabelecimentos da periferia.

Com relação ao tipo de medicação indicada nas consultas, a grande maioria foi do tipo descongestionante 31% (13), seguida de antibiótico mais corticóide 24% (10), antibióticos sem corticóide 20% (8), lubrificante 20% (8) e corticóide 5% (2), (**Gráfico 1**).

Gráfico 1 - Tipo das medicações indicadas pelos estabelecimentos farmacêuticos da cidade de Tubarão-SC, cadastrados no Sindicato das Farmácias da região da Amarel.



Fonte: Protocolo de pesquisa. Tubarão-SC, 2003/2004.

Em relação ao tipo de medicação indicada nas consultas, conforme a localização do estabelecimento farmacêutico, verificamos que na região central ocorreram 5 (50%) indicações de colírio descongestionante, seguida de 4 (40%) de colírio antibiótico mais corticóide, e 1 (10%) de colírio lubrificante. Já, na região periférica, verificamos 8 (26%) indicações de colírios descongestionantes, 8 (26%) de indicação de colírio de antibiótico sem corticóide, 7 (23%) de colírio lubrificante, 6 (19%) de antibiótico mais corticóide, e 2 (6%) de colírio de corticóide.

Quanto à categoria profissional e a medicação indicada, constatamos que os farmacêuticos indicaram em maior número de vezes o uso de descongestionantes e lubrificantes, ambos em 7 (31%) casos, seguido de antibiótico sem corticóide 4 (18%) vezes, antibióticos mais corticóides em 3 (13%) casos e corticóides em 2 (7%) casos, enquanto os atendentes indicaram mais o uso de antibióticos mais corticóides 7 (37%) casos, seguido dos descongestionantes 9 (47%) casos e antibióticos sem corticóide 2 (16%) casos ($p=ns$). Os farmacêuticos da região central indicaram somente lubrificantes, descongestionantes e antibióticos sem corticóides; os farmacêuticos da periferia indicaram todos os colírios contidos no protocolo apresentado.

Os balconistas da região central indicaram descongestionantes e antibiótico mais corticóide, enquanto que os da região periférica indicaram, em maior número de vezes, descongestionantes, antibióticos mais corticóide e antibiótico sem corticóide ($p=ns$).

O custo médio das medicações indicadas pelas farmácias foi de R\$ 4,13. De acordo com a categoria profissional, o valor médio gasto pelos medicamentos sugeridos por farmacêuticos foi de R\$ 3,70, enquanto que o gasto por atendentes foi de R\$ 5,05. Verificamos ainda que o valor médio das medicações oculares indicadas pelas farmácias, na região central, foi de R\$ 3,90, ao passo que nas regiões periféricas foi de R\$ 4,23 ($p=ns$).

Discussão

Averiguamos ainda que 42 dos 43 estabelecimentos visitados responderam à solicitação de conduta, frente a um quadro clínico-oftalmológico de dor ocular inespecífica. Esses dados não se mostraram diferentes dos encontrados na Grande Florianópolis por Adam Netto e Miotto⁹, que mostraram 100 dos 102 estabelecimentos respondendo à conduta. Isso pode ser explicado pela semelhança na padronização do estudo ou mesmo uma semelhança no perfil dos estabelecimentos dos municí-

pios avaliados. Porém, temos que levar em consideração que, enquanto Adam Netto e Miotto⁹ não conseguiram analisar 2,9% do total de sua amostra, em nosso estudo houve uma perda de 27,1%.

Esses altos índices encontrados em ambos os municípios, devem-se ao fato de que os estabelecimentos farmacêuticos, na maioria das vezes, constituem-se para a população o primeiro local de atendimento para queixas oftalmológicas.

O atendimento no balcão dos estabelecimentos farmacêuticos deu-se em 67% (29 de 43) das vezes por um farmacêutico e em 33% (14 de 43) por um balconista. Adam Netto e Miotto⁹ mostram um número ainda mais surpreendente: verificaram, na Grande Florianópolis, que 42,7% (44 de 102) dos atendimentos eram realizados por farmacêuticos e 57,3% (58 de 102) das vezes um balconista realizava tal função. Na região central encontramos 7 farmacêuticos e 9 balconistas, já na periferia encontramos 9 balconistas e 20 farmacêuticos. Essa desigualdade de valores deve-se ao número total das farmácias da cidade de Florianópolis ser muito grande, fato que dificulta a fiscalização de tais estabelecimentos. Esse número surpreendente mostra-nos que apesar das novas leis que obrigam todos os estabelecimentos farmacêuticos a funcionar com um profissional graduado, ainda existem muitos locais onde isso não ocorre.

Nos estabelecimentos visitados em nossa cidade, 15 de 43 dos profissionais que nos atenderam indicaram serviço médico-hospitalar, sendo que os farmacêuticos indicaram em 15 de 29 das vezes. Resultado aparentemente inferior foi encontrado quando comparamos com o estudo de Adam Netto e Miotto⁹ que averiguou que 34 de 102 dos profissionais indicaram um serviço médico-oftalmológico. Já um resultado semelhante foi encontrado quando comparado com os farmacêuticos, que nesse estudo sugeriram a indicação em 17 de 44 das vezes. Porém, temos que considerar que uma amostra a menos ou a mais na cidade de Tubarão já aumentaria ou diminuiria consideravelmente a porcentagem do estudo. Isso porque a população das farmácias estudadas na cidade de Florianópolis é maior do que duas vezes o número dos estabelecimentos estudados na cidade de Tubarão.

Em relação à indicação de serviço médico-hospitalar, de acordo com a categoria profissional, averiguamos que em 14 de 29 das vezes os farmacêuticos fizeram a indicação na cidade de Tubarão, comparado com 16 de 44 no estudo de Adam Netto e Miotto⁹ em Florianópolis. Em relação aos balconistas, constatamos uma acentua-

da diferença entre os dois estudos. Não obtivemos, em nenhum caso, a indicação de serviço médico-hospitalar em Tubarão, já em Florianópolis isso ocorreu em 17 das 58 visitas.

Quanto à indicação de serviço médico-hospitalar relacionado com a localização dos estabelecimentos farmacêuticos verificou-se que 33% (5 de 15) ocorreu na região central da cidade de Tubarão e 67% (10 de 15) na região periférica. Se comparado com Adam Netto e Miotto⁹ verificamos uma inversão desses dados em relação à periferia e uma uniformidade quando comparado com a região central. Temos 34% (27 de 80) na região central da Grande Florianópolis e 30% (7 de 23) na região periférica.

Esses dados mostram-nos que existe uma formação e conhecimento semelhante entre os farmacêuticos das duas cidades. Diferente do verificado com os atendentes, que mostraram uma maior falta de preparo diante dos quadros oculares, por parte dos balconistas da cidade de Tubarão. Esses se mostraram muito mais temerosos na hora da indicação ou não do serviço médico-hospitalar, tanto se comparados com os farmacêuticos do próprio local, como os balconistas do estudo comparativo.

Com relação à indicação de medicação, constatamos que 37 de 43 do total dos estabelecimentos farmacêuticos visitados indicaram algum tipo de medicação. Dentre essas medicações indicadas, que somaram um total de 45 medicamentos, verificamos que existiu uma maior predominância de colírios descongestionantes, com 29,2% das indicações, seguido por colírio de antibiótico mais corticóide, com 24,3%. Após temos os colírios de antibióticos sem corticóides, com 19,5%, e os colírios lubrificantes, também com 19,5% das indicações. Por fim, temos os colírios de corticóide, com 7,3%. Uma semelhança do percentual relacionada às indicações foi verificada por Adam Netto e Miotto⁹ que encontraram 86,2% dos estabelecimentos da Grande Florianópolis com indicação de medicação. Já quando verificado o tipo de medicação indicada, nesse estudo verificou-se que dos 101 medicamentos indicados, 55,3% eram colírios descongestionantes, 27,1% colírios lubrificantes, 4,8% colírios de corticóides, 3,8% colírios de antibióticos sem corticóide, 3,8% colírios de antibiótico com corticóide e 2,9% outros medicamentos.

A indicação de medicação ocorre em maior proporção nas farmácias da periferia da cidade de Tubarão, com 27 de 30, que na sua região central, 10 de 13 estabelecimentos.

Os dados de Florianópolis não foram muito diferen-

tes: 68 de 80 para a região central e 20 de 23 para a periferia, o que nos mostra uma certa uniformidade em relação às condutas tomadas entre as duas cidades.

Nos estabelecimentos do centro tivemos uma maior indicação de colírios descongestionantes, 5 (50%), seguido dos colírios antibióticos mais corticóides, 4 (40%), e colírios lubrificantes, 1 (10%). Na região da periferia continuou se sobressaindo o uso do colírio descongestionante, com 8 (26%) das indicações, juntamente com os colírios antibióticos sem corticóide, 8 (26%), seguido pelos colírios lubrificantes, 7 (23%), colírios antibióticos mais corticóides, 6 (19%) e colírios corticóides 2 (6%).

Os farmacêuticos indicaram mais o uso dos descongestionantes e lubrificantes, ambos com 8 (62%) das indicações, seguido dos colírios antibióticos sem corticóide, 5 (19%), colírios mais corticóides, 3 (12%) e colírios de corticóide 2 (8%). Enquanto que os balconistas indicaram o uso de descongestionantes em 9 (47%) casos, seguido dos antibióticos mais corticóides em 7 (37%) e antibióticos sem corticóide em 3 (16%).

Os farmacêuticos da cidade de Tubarão se demonstraram menos agressivos em relação à indicação medicamentosa, em contrapartida, os balconistas dessa cidade, na sua totalidade, apresentaram indicação de algum tipo de medicação oftalmológica, demonstrando despreparo diante de tais situações.

Podemos verificar que ocorreu uma diminuição na indicação de colírios lubrificantes se comparado com Adam Netto e Miotto⁹ que encontraram indicações em 27,1% do total das entrevistas. Tanto na localização das farmácias, como na categoria profissional fica bem evidenciado o predomínio da indicação dos colírios descongestionantes assumindo o lugar dos colírios lubrificantes, até pouco tempo muito utilizados.

Dos farmacêuticos que indicaram serviço médico-hospitalar, 71,4% (5 de 7) se encontravam na região central e 40,9% (9 de 22) na região periférica, enquanto que dos balconistas que indicaram serviço médico, 100% eram do centro e 100% da periferia. Já em Florianópolis, Adam Netto e Miotto⁹ nos mostraram que 94% dos farmacêuticos que indicaram serviço médico-hospitalar estavam na região central e 6% na região periférica, enquanto que dos balconistas 64% das indicações eram do centro e 36% da periferia.

Em nosso estudo encontramos como valor médio das medicações oculares receitadas pelos estabelecimentos farmacêuticos que responderam à solicitação de conduta R\$ 4,13. Na região central foi verificado um custo

médio menor, R\$ 3,90, quando comparado com a periferia, que ficou em R\$ 4,23. O gasto em média apresentado por quem vem a ser atendido por um farmacêutico ficou em R\$ 3,70, enquanto que o obtido por um atendente foi de R\$ 5,05.

Constatamos com o nosso estudo que apesar de haver leis que proíbem a venda de certos tipos de colírio sem receita médica, como os corticóides, ainda há necessidade de uma maior fiscalização por parte dos órgãos responsáveis, que ainda se mostram apáticos a esse respeito. Os farmacêuticos têm um papel fundamental na triagem das situações que lhes são apresentadas e é seu dever, remeter o doente para o médico sempre que necessário. Não deve haver qualquer hipótese de se confundirem a função de complementariedade de tratamento desses profissionais com a sua sobreposição. Cabe a nós, como profissionais do meio médico e conhecedores do risco de tais medidas, conscientizar a população e também os profissionais farmacêuticos, quanto aos riscos do uso inadequado dos medicamentos oftalmológicos. Além disso, devemos proporcionar um acesso médico mais rápido e digno à população, pois é a falta desse que leva em grande parte ao problema da automedicação.

Conclusões

1. A prevalência de atendimentos realizados por farmacêuticos foi de 67% e os balconistas prestaram atendimento em 33% das situações.
2. Encontramos 98% de estabelecimentos farmacêuticos que indicaram uma conduta quando procurados com um quadro de dor ocular inespecífica.
3. Trinta e cinco por cento das farmácias indicaram um serviço médico-hospitalar e 65% não indicaram.
4. Na região central de Tubarão 62,5% dos estabelecimentos indicaram medicação e, na região periférica 48% o fizeram. Na região central os farmacêuticos indicaram mais o serviço médico-hospitalar do que na região periférica. Os atendentes, em nenhum caso, tanto no centro como na periferia, indicaram serviço médico-hospitalar.
5. Os farmacêuticos indicaram em um maior número de vezes o uso de colírios descongestionantes, lubrificantes e de antibióticos sem corticóides, enquanto os atendentes indicaram mais o uso de colírios antibióticos com corticóides, descongestionantes e antibióticos sem corticóide.

6. O custo médio das medicações indicadas nas farmácias foi de R\$ 4,13. O custo para os pacientes atendidos por farmacêuticos foi de R\$ 3,70, inferior ao custo das medicações sugeridas pelos atendentes, que foi de R\$ 5,05. O custo no centro e na periferia foi bastante semelhante.
7. Encontramos uma grande facilidade na obtenção de colírios oftalmológicos, sem prescrição médica, nas farmácias de Tubarão-SC.
8. Apesar de haver restrições à venda de certos tipos de colírio, ainda há a necessidade de uma maior fiscalização por parte dos órgãos responsáveis, a fim de reduzir o risco das complicações oculares que esses medicamentos podem provocar.

Referências Bibliográficas

1. Paulo LG, Zanine AC. Automedicação no Brasil. Revista da Associação Médica Brasileira 1998; 34(2): 69-75.
2. Ivannissevich, AA. Os perigos da automedicação. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro 1994; 1: 4-5.
3. Organización Mundial De La Salud. Uso de medicamentos essenciais. Genebra: OMS - Série de Informes Técnicos; 1988.
4. Arrais PS et al. Perfil da Automedicação no Brasil. Revista de Saúde Pública 1997; 31(1):71-7.
5. Neves RA, Ferraz JM, Malaragno MGP. Colírios e iatrogenia. Arq IPB 1990; 32(2) : 96-99.
6. Rocha FJ, Lacerda R, Vieira LA. Antiinflamatórios. In: Terapêutica clínica ocular. Lima A.L.H, Melamed J, Calixto, N. São Paulo: Roca, 1995:127-39.
7. Raizman M. Corticosteroid therapy of eye disease. Arch Ophthalmol 1996; 114(8):1000-1.
8. Butugan O, Sanchez TG, Balbani AP. Um panorama sobre a prescrição leiga de medicamentos para tratamento de afecções otorrinolaringológicas. Arquivos da Fundação Otorrinolaringologia 1998; 2(2).
9. Adam Netto A, Miotto R. Automedicação tópica ocular : comercialização de colírios em farmácias. Revista Brasileira Oftalmologia 2000; 59(2):108-14.

Endereço para correspondência:

Gustav Arno Auwaerter.
Rua: Natal 153, apartamento 303.
Bairro: Centro - Tubarão-SC.
CEP: 88705110.
E-mail: auwaerter@unisul.br